



# RAÇA COMO TECNOLOGIA: APONTAMENTOS BÁSICOS SOBRE RAÇA, RACISMO ESTRUTURAL E INTERSECÇÃOALIDADE


## RACE AS TECHNOLOGY: BASIC NOTES ON RACE, STRUCTURAL RACISM, AND INTERSECTIONALITY

 <https://doi.org/10.46401/ardh.2024.v16.21195>

Roger Luiz Pereira da Silva


Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

[rogerluizsilva98@gmail.com](mailto:rogerluizsilva98@gmail.com)

 <https://orcid.org/0009-0007-6255-4163>

Marinês Ribeiro dos Santos

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

 <https://orcid.org/0000-0002-9925-9949>  
[ribeiro@utfpr.edu.br](mailto:ribeiro@utfpr.edu.br)

Recebido em 22 de abril 2024

Aprovado em 02 de junho de 2024

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo discorrer como o racismo está posto na sociedade brasileira, partindo da ideia de que raça é uma tecnologia, isto é, raça é uma mediação social que ordena e produz técnicas e sentidos práticos que estruturam uma cultura. Como procedimento metodológico, foi realizado uma revisão bibliográfica acerca das definições de raça, racismo estrutural e interseccionalidade alicerçados em dados históricos e dados estatísticos retirados de pesquisas realizadas durante a pandemia do covid-19 pelas revistas NEXO, Gênero Número e o Informativo de Desigualdade Racial publicado pelo núcleo de Pesquisa AFRO. A escolha por privilegiar as pautas interseccionais advindas das lutas do Movimento Negro Antirracista se dá na importância de entender como as estratégias de combate ao racismo estrutural estão sendo desenvolvida no campo das ciências, tecnologia e sociedade.

**ABSTRACT:** This work aims to discuss how racism is present in Brazilian society, starting from the idea that race is a technology, meaning that race is a social mediation that orders and produces practical techniques and meanings that structure a culture. As a methodological procedure, a bibliographic review was carried out on the definitions of race, structural racism, and intersectionality based on historical data and statistical data taken from research conducted during the COVID-19 pandemic by the journals NEXO, Gênero Número, and the Racial Inequality Newsletter published by the AFRO Research Center. The choice to privilege intersectional agendas arising from the struggles of the Anti-Racist Black Movement is important in understanding how strategies to combat structural racism are being developed in the fields of science, technology, and society.

**Palabras Clave:** Raça, racismo estrutural, interseccionalidade.

**Key words:** Race, Racism, intersectional.

*Tecnologia é quando você consegue sintetizar uma lógica para viver, para facilitar determinada coisa... Uma tecnologia de sobrevivência é quando você encontra formas e meios de se manter vivo em um lugar que pensa na sua morte o tempo todo. Quando eu falo sobre isso, eu tô determinando de onde eu venho, onde eu vivo e qual é minha realidade. Então por que eu preciso de uma tecnologia de sobrevivência? Por que eu vivo em um país que a cada 23 minutos mata um jovem negro. Eu preciso de uma tecnologia de sobrevivência porque eu vivo em um país que mais mata a população LGBTQ no mundo...*

Bia Ferreira

## Introdução

Em uma entrevista para o evento online brasileiro “O Futuro é Preto: Afrofuturismo”<sup>1</sup>, a artista e escritora afrofuturista estadunidense Ytasha Womack afirmou que “Race is a technology” (raça é uma tecnologia, em livre tradução), relatando como a branquitude se apropria de meios técnicos para a tentativa de consolidação das opressões de raça na cultura ocidental. No contexto brasileiro, pessoas negras são constituídas a partir dessa tecnologia que visa marcá-las e demarcá-las socialmente em posições de subalternidade.

O Movimento Negro Antirracista, para Nilma Lino Gomes (2017, p. 23), é composto pelas “mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade”. O Movimento Negro Antirracista é um movimento social que ressignifica a ideia de raça, politizando-a e tornando-a afirmativa enquanto potência de emancipação, ao mesmo tempo que denuncia o caráter regulador e opressor em torno da mesma. No seu papel denunciativo e crítico, essa articulação emancipatória indaga a história do Brasil construindo narrativas e instrumentos teóricos, políticos e analíticos para explicar o racismo brasileiro e como ele opera na vida cotidiana das pessoas negras. Ativistas deste movimento trabalham para desvelar as construções de poder pautadas na raça, rompendo visões distorcidas e naturalizadas sobre o corpo negro, sobre a história e cultura da comunidade negra, retirando pessoas negras da suposta inferioridade racial (GOMES, 2017).

---

1 Evento que ocorreu na plataforma Youtube no dia 19 de Junho de 2020, em que profissionais negros(as), debateram sobre as temáticas afrofuturistas em diversas áreas do conhecimento. Ver em <<https://www.youtube.com/watch?v=b912jgriot8&t=10972s>>. Acesso em 16 de mar. de 2022;

Existem várias formas de organização do Movimento Negro Antirracista, algumas delas são comunidades tradicionais (comunidades quilombolas), mobilização política (criação de políticas públicas), protestos antirracistas (passeatas em repúdio e denúncia as violências racistas cotidianas), produções artísticas (música, cinema, artes plásticas, artes digitais, dança, teatro poesia), literárias (romances afros, livros sobre raça e racismo), religiosas (terreiros), recreativas (como clubes e bailes de cultura negra), acadêmica (textos, seminários, coletivos que debatem sobre raça e racismo) e assistenciais (ONGS e organização de base para comunidades periféricas).

Este trabalho tem como objetivo discorrer sobre como o racismo opera na sociedade brasileira, partindo da ideia de que raça é uma tecnologia, isto é, raça é uma mediação social que ordena e produz técnicas e sentidos práticos que estruturam uma cultura. Para isso, recorre-se a Silvio Almeida, bell hooks e Frantz Fanon para entendermos teoricamente os conceitos de raça e racismo estrutural. Para entender o conceito de Interseccionalidade, trabalhos das autoras Joice Berth e Carla Akotirene são utilizados como aporte teórico. Para compreender como estes conceitos estão efetivados nas relações sociais e culturais foram analisadas pesquisas divulgadas pelas revistas NEXO, Gênero Número e o Informativo de Desigualdade Racial publicado pelo núcleo de Pesquisa AFRO.

## O racismo se estrutura por meio da tecnologia chamada raça

O significado do termo raça está atrelado ao caráter classificatório entre seres vivos e em meados do século XVI passa a ser utilizado para a distinção de seres humanos (ALMEIDA, 2020). A ideia de raça se modifica de acordo com os contextos de uso, se tornando um termo não fixo, sofrendo alterações dependendo de seu recorte histórico. A partir do século XVIII, a noção de raça é tomada como verdade biológica no ocidente. Enquanto marcador classificatório de seres humanos, raça serve como métrica de diferenciação pautada em supostos atributos biológicos que se manifestariam em características físicas morfológicas e étnico-culturais. Esta distinção inscreve valores e julgamentos sociais que marcam grupos que possuem características em comum em comparação a outros. Deste modo, raça categoriza e dá nome a corpos que formam o que entendemos no contexto brasileiro enquanto negros, brancos, indígenas, amarelos (GOMES, 2005), tornando-se um registro social da diferença.

Além de registro social da diferença, raça serve como categoria de hierarquização de corpos racializados. Corpos brancos são definidos enquanto superioridade e padrão cultural, em relação aos corpos não brancos. É por esse processo de hierarquização que se constitui a branquitude. Entende-se a branquitude como uma estrutura de poder pautada na ideia da superioridade da identidade racial branca e que opera no sentido de conferir vantagens para este grupo social nas esferas culturais, políticas e econômicas (GOMES, 2017). A branquitude é uma construção discursiva de uma superioridade racial que produz efeitos concretos nas relações sociais (VAINER, 2022). Na branquitude, a ideia de raça está atrelada ao pensamento de que características morfológicas estão naturalmente relacionadas com hierarquias acerca de atributos de ordem moral, intelectual e estética. Tais hierarquias sustentam, por exemplo, a crença de que homens brancos são propícios a serem líderes e racionais (VAINER, 2022; ALMEIDA; 2020). Isto é, pela predefinição que os consideram brancos, esses corpos já carregam valores tomados como positivos socialmente.

A branquitude visa conferir privilégios aos corpos brancos, tomando estes como padrões exemplares, ao mesmo tempo que, no contexto brasileiro, povos indígenas e negros são estigmatizados e tidos como antagônicos aos seus valores. A dominação branca se constitui mediante a atribuição de vantagens e privilégios políticos, econômicos, culturais e afetivos. Deste modo, a branquitude se torna mecanismo hegemônico, ou seja, um modo de dominação que é exercido não apenas pelo poder bruto, mas também por mediações e consensos ideológicos (ALMEIDA, 2020).

Quando Ytasha Womack afirmou que *"Race is a technology"* (raça é uma tecnologia, em livre tradução), relatando como a branquitude se apropria de meios técnicos para a tentativa de consolidação das opressões de raça na cultura ocidental, ela associa esta percepção com a ideia de que a tecnologia é entendida como uma mediação social (CHUN, 2009). Enquanto mediação, a tecnologia não produz neutralidade (FEENBERG, 1991), uma vez que quem possui seu domínio, tem como finalidade utilizá-la visando resultados específicos e muitas vezes em vantagem própria. Quando um grupo detém majoritariamente a produção de tecnologias como estratégia de efetivar a sua centralidade e seu controle sobre corpos e culturas, se criam opressões e desigualdades. Sobre isso, Feenberg (1991, p. 106) elucida que: "A tecnologia é uma das principais fontes de poder público nas sociedades modernas. Em relação às decisões que afetam

nosso dia-a-dia, a democracia política é inteiramente obscurecida pelo enorme poder exercido pelos senhores dos sistemas técnicos”<sup>2</sup>.

Para Winner (1986), tecnologias são processos sociais contínuos, em que são entrelaçados padrões de poderes econômicos e políticos e percebidos como estruturantes do cotidiano social, criando assim uma ordem que influencia e estabelece parâmetros que perduram a longo prazo. A ideia de raça foi concebida para estabelecer uma ordem social imposta pela branquitude. Para Wendy Hui Kyong Chun (2009), focar a raça como tecnologia, como mediação, nos permite ver a continuidade da função da raça que nunca foi simplesmente biológica ou cultural, mas sim um meio pelo qual ambos são estabelecidos e negociados.

Na história do Brasil, os meios técnicos e os meios de produção foram construídos a partir das mescla de tecnologias realocadas do continente europeu com as tecnologias trazidas pelos africanos escravizados (CUNHA JUNIOR, 2010). Muito se fala da contribuição do trabalho dito braçal feito pelos negros escravizados no Brasil Colônia e Brasil Império, como forma de efetivação da suposta predisposição de tais corpos para essa finalidade de trabalho, porém é pouco explicitado como o conhecimento técnico e científico (a força pensante) dessas pessoas foram importantes para a sociedade brasileira (CUNHA JUNIOR, 2010). Por meio de diversos aprimoramentos advindos a mais de 4000 anos antes da era cristã, das civilizações da antiguidade da região do vale do Rio Nilo, na região do vale do Rio Níger (onde localiza-se Gana, Mali e Songai) os meios técnicos do Brasil foram influenciados diretamente por essas heterogêneas culturas (CUNHA JUNIOR, 2010).

Existiram a contribuição dos saberes farmacológicos advindos dos africanos escravizados, tais como utilização da arruda para tratamento de infecções transmitidas pelos insetos, o café ser uma planta advinda da Etiópia, são exemplos de técnicas africanas ainda presentes no cotidiano brasileiro. Isso faz entender que “a mão de obra africana o Brasil foi em parte um conjunto de trabalhadores com formação profissional esmerada e com especializações importantes para a economia da época em diversas áreas de ofícios” (CUNHA JUNIOR, 2010, p. 20). Esses procedimentos técnicos são invisibilizados até na contemporanei-

---

2 Tradução livre do texto: “Technology is one of the major sources of public power in modern societies. So far as decisions affecting our daily lives are concerned, political democracy is largely overshadowed by the enormous power wielded by the masters of technical systems” (FEENBERG, 1991, p. 301).

dade, pela ideia racista que não identifica o continente africano anterior a sua exploração.

Mas, a partir da apropriação das técnicas africanas, a branquitude produziu e produz a raça afim de efetivar e justificar as tomadas dessas técnicas em prol do benefício próprio, podendo se favorecer em vários âmbitos sociais, como por exemplo a economia fomentada pela produção do café. E por meio dos valores e parâmetros criados pela branquitude, esta se apoderou das técnicas africanas pelo discurso de civilizar e melhorar tais métodos advindos das sociedades supostamente inferiores, demarcando assim quem detém o controle de todos os processos tecnológicos.

A raça enquanto tecnologia medeia sistemas de opressão, que entendemos por racismo estrutural. Este sistema articula preconceitos, discriminações e violências que sustentam uma estrutura de poder pautada na raça como elemento constitutivo dos sujeitos. Isto é, a marcação racial, ou racialização, produz corpos carregados de valores, funções e posições sociais pré-definidas. Sendo assim, é preciso entender o racismo não como atos individuais, mas sim como uma complexa estrutura social que organiza o exercício do poder, criando vantagens sociais para certos grupos em detrimento de outros (ALMEIDA, 2020). Os grupos subalternizados ficam sujeitos a processos de vulnerabilidade que os colocam em múltiplas situações de desvantagem, uma vez que a estrutura do racismo está construída na articulação entre três relações:

- as econômicas;
- as políticas/institucionais;
- e as ideológicas.

## Racismo econômico

Por economia é entendido como a sociedade se organiza para produzir as condições materiais necessárias para a sua continuidade (ALMEIDA, 2020). Enquanto constructo do racismo, a economia se dá pela desigualdade. A desigualdade é um fenômeno social que é mensurado de forma relacional, ela se dá a partir de uma relação entre pessoas ou conjunto de pessoas na qual a interação gera mais vantagens para um dos lados (LIMA, MILANEZI, et. al., 2020). Pessoas negras são economicamente mais desfavorecidas que pessoas brancas, isso torna sua mobilidade social mais precária. Uma das explicações

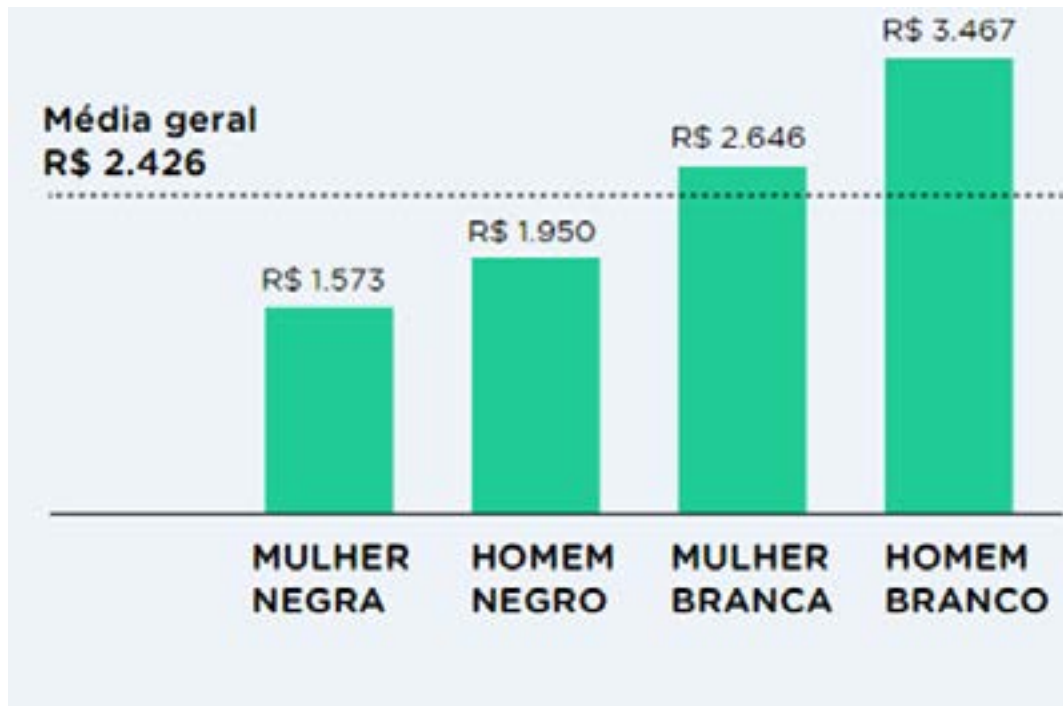
acerca de como a desigualdade econômica está associada ao racismo, parte das heranças escravocratas nas estruturas sociais contemporâneas (ALMEIDA, 2020). Por mais que tenha ocorrido o fim oficial dos regimes escravistas, ainda há resquícios dos padrões mentais e institucionais que permearam e permeiam as relações econômicas e sociais, uma vez que não existiram políticas públicas de distribuição de renda e direitos básicos para as pessoas negras e suas famílias ex-escravizadas no período posterior à abolição da escravatura. Mas é pertinente compreender que existe uma atualização dessas opressões de raça, para que não se possa idealizar o racismo enquanto problema do passado.

Percebe-se que, na contemporaneidade, o racismo econômico faz com que os marcadores subalternizados de raça, gênero e classe sejam vistos como fatores não desvinculados, como podemos ver nos seguintes dados da desigualdade. Pesquisas apresentam as informações de como a pandemia de Covid-19 teve impacto direto na desigualdade racial econômica no Brasil. Desde o primeiro caso da doença causada pelo coronavírus no país, oficialmente divulgado em fevereiro de 2020, iniciou-se uma crise sanitária, social e política (LIMA, et. al., 2020). Em uma pesquisa sobre *A desigualdade racial e de gênero no mercado de trabalho no Brasil*<sup>3</sup> realizada no segundo trimestre de 2020 pela plataforma acadêmico-jornalística *NEXO políticas públicas*, foi diagnosticado que no Brasil, homens brancos possuíam os maiores salários, seguido por mulheres brancas, enquanto mulheres negras têm os mais baixos índices de rendimento salarial no país. Na questão sobre desemprego, a pesquisa mostra que mulheres negras são as mais afetadas, possuindo uma taxa de 18,2%, sendo que a média geral é de 13,3%. Homens negros possuem 14% e mulheres brancas e homens brancos são os menos afetados pelo desemprego segundo a pesquisa. Veja os *gráficos 1 e 2*:

---

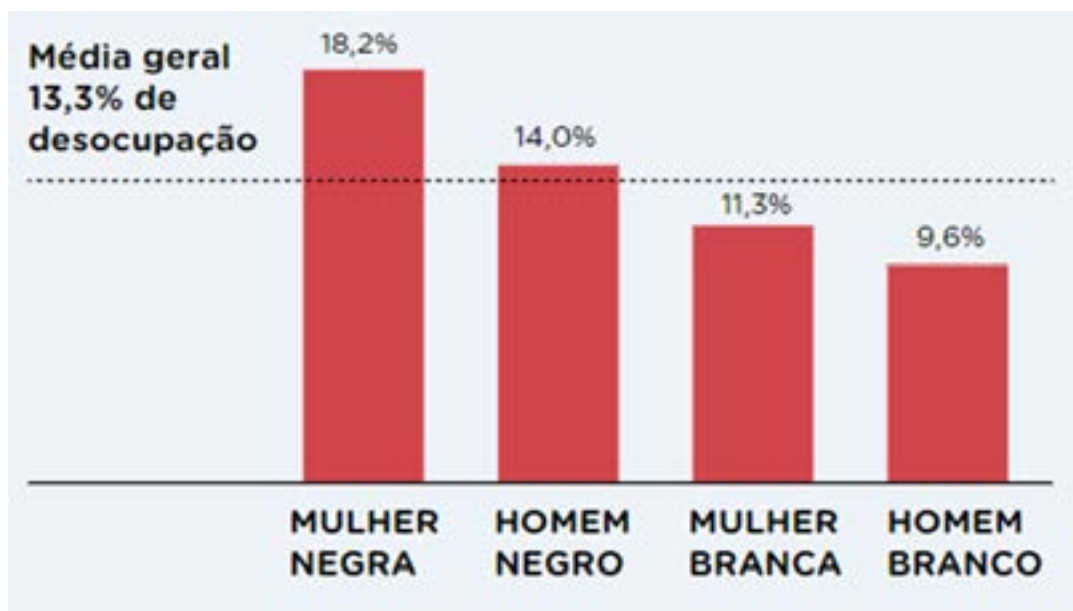
3 Ver em <https://pp.nexojornal.com.br/Dados/2021/02/11/A-desigualdade-racial-e-de-g%C3%AA-nero-no-mercado-de-trabalho-no-Brasil>. Acesso em 06 de Jun. de 2022.

Gráfico 1 - Rendimento médio mensal considerando gênero e cor/raça no Brasil no primeiro trimestre de 2020



Fonte: NEXO

Gráfico 2: Taxa de desocupação considerando gênero e cor/raça no Brasil no primeiro trimestre de 2020



Fonte: Nexo

Após reivindicações de organizações do Movimento Negro Antirracista brasileiro, o Ministério da Saúde começou a colocar os marcadores de raça enquanto elementos de base de dados sobre a pandemia do Covid-19. Antes disso



essas informações não eram levantadas (LIMA, et. al, 2020; BERTOLDO, 2020). Nas pesquisas realizadas em abril de 2020 foi levantado que a doença é mais letal para pessoas negras, que representam 1 em cada 4 brasileiros internados com Síndrome Respiratória Aguda Grave (23,9%), chegam a 1 em cada 3 entre os mortos (34,3%) e são o único grupo racial que tem a taxa de mortalidade (34,3%) maior do que internação (23,9%)(BERTOLDO, XAVIER, 2020).

Como consequência do racismo de classe ou racismo econômico, o acesso à saúde é um problema que pessoas negras enfrentam no contexto brasileiro. Segundo o informativo publicado em outubro de 2020 pelo Afro Núcleo de Pesquisa e Formação em Raça, Gênero e Justiça Racial, pessoas negras são o grupo que mais sofre de doenças associadas a diabetes, tuberculose, hipertensão e doenças renais crônicas no país, doenças essas consideradas agravantes da Covid-19 (LIMA, MILANEZI, et. al., 2020). A população negra é o grupo que vive em locais com pior acesso aos serviços públicos, sofre com a precariedades de mobilidade urbana, acesso a hospitais e postos de saúde (LIMA, et. al., 2020). Assim, a pandemia não se restringe apenas à esfera da saúde, ela perpassa pelos problemas de território, trabalho, renda e educação, sendo uma ferramenta de produção e reprodução de desigualdade racial. Em questão de mortalidade foram os corpos negros que foram mais atingidos pela covid-19 (BERTOLDO, XAVIER, 2020).

## Racismo Político/Institucional

No aspecto político/institucional do racismo, entende-se que o Estado é uma forma política que alimenta e reproduz a divisão de grupos e pessoas por meio das estruturas estatais. O Estado é a relação material da força (ALMEIDA, 2020) isto é, ele é construído pela institucionalização e a centralização do poder de uma sociedade. O Estado é um elemento fundamental para reproduzir comportamentos sociais racistas, pois ele institucionaliza todos os parâmetros da vida social, inclusive o racismo.

As instituições são formadas para orientar, rotinizar e coordenar comportamentos sociais que estabilizam as sociedades, ou seja, estabelecem normas e padrões que orientam os indivíduos. O grupo social que domina as instituições é um exemplo prático dos efeitos do racismo institucional brasileiro. Homens brancos possuem o domínio sobre as instituições públicas, tais como

cargos de poder nos legislativos, nos judiciários, nos ministérios públicos e nas reitorias de universidades (ALMEIDA, 2020). Esse cenário mostra quais corpos são ou não aceitos nas instituições e para quem elas são formadas.

Vejamos como exemplo as instituições educacionais. Estudos mostram como a educação tem um papel crucial na mobilidade social. Porém, enquanto ferramenta estrutural do racismo, a educação se torna produtora de desigualdades (VENTURINI, et. al, 2020). Assim, racismo econômico e racismo político/institucional se interrelacionam. No caso da presença de pessoas negras enquanto estudantes nas instituições educacionais do ensino superior, tais como universidades públicas, historicamente esses corpos eram excluídos, uma vez que, as vagas dos cursos mais disputados eram preenchidas majoritariamente por estudantes brancos oriundos de escolas de ensino fundamental e médio da rede privada (VENTURINI, et. al, 2020). Após a implantação de ações afirmativas, como as cotas raciais para adesão de estudantes pretos, pardos e indígenas nas universidades públicas brasileiras, houve um aumento significativo de pessoas negras nas universidades. No entanto, esse aumento se deu de forma desigual, havendo uma maior participação desse grupo em áreas como Humanidades e Ciências Sociais Aplicadas em comparação as outras áreas, como Ciências Exatas e Ciências da Natureza (VENTURINI, et. al, 2020).

A política de cotas para ingresso de estudantes oriundos de escola pública, inicialmente foi instaurada em 2002 pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) (GUIMARÃES, ZELAYA, 2021). Desde então, organizações ligadas ao Movimento Negro Antirracista brasileiro fomentaram a discussão sobre a implantação desta política a partir do recorte racial, uma vez que, pessoas pretas, pardas e indígenas são as que menos ingressam nas universidades públicas do país. Dez anos depois, em 2012 no governo de Dilma Rousseff, foram colocadas como lei federal as políticas de cotas raciais e cotas para estudantes de escola públicas do ensino médio (GUIMARÃES, ZELAYA, 2021). Alguns resultados dessa ação afirmativa reverberam positivamente, uma vez que, segundo os dados da Associação de Reitores de Instituições Federais (Andife), o acesso de negros e pardos ao ensino superior público passou de 34,4% em 2003, 47,6% em 2014 e em 2018 foi para 50,3% (GUIMARÃES, ZELAYA, 2021).

Deste modo, entende-se que as políticas de cotas raciais são uma estratégia de combate ao racismo político/institucional que não têm a finalidade

de demonstrar qual grupo racial possui uma suposta capacidade intelectual em adentrar em uma universidade. As cotas têm como objetivo reconhecer e combater as desigualdades construídas historicamente pelos marcadores de raça e classe que dificultam as oportunidades para corpos negros, pardos e indígenas ocuparem espaços que são de direitos básicos. Elas visam reparar a forma de como o Estado historicamente produziu racismo e exclusão nos processos de escolarização nas universidades públicas.

Além de exclusões de pessoas negras no âmbito acadêmico, o racismo institucional utiliza o discurso academicista como produtor de poder da branquitude. A ciência, produto da academia, possibilita criar discursos de autoridade, que muitas vezes são incontestáveis. Pelo caráter restritivo de quem produz e consome, essa restrição acontece não por questões de capacidade, mas sim por questão de hegemonia (ALMEIDA, 2020). É formada uma ordem de validação do conhecimento que dita “a verdade” que é controlada por pessoas brancas para pessoas brancas, gerando assim a autopreservação do discurso feito pela branquitude acadêmica.

Por meio da “verdade científica” a academia classificou, hierarquizou e no caso de conhecimentos advindos da cultura negra desvalidou práticas de saberes africanas e afro brasileiras. Assim, outras formas de conhecimento que não combinem com as diretrizes academicistas da branquitude não são reconhecidas enquanto constructo de saberes. Portanto, “a ciência não é, um simples estudo apolítico da verdade, mas a reprodução de relações raciais de poder que ditam o que deve ser considerado verdadeiro” (KILOMBA, 2019, p.53). Com isso, entende-se a academia como um espaço de violência simbólica.

Porém, a universidade pode ser um espaço de disputa de discursos, uma vez que, intelectuais ativistas do Movimento Negro Antirracista reivindicam o poder de fala sobre os discursos produzidos pela academia. Grada Kilomba (2019) salienta que o discurso da negritude acadêmica surge para transgredir a linguagem academicista clássica, como uma forma de produção emancipatória alternativa, que configura o conhecimento e transforma o poder em prol da abertura de novos espaços da teorização e da prática.

Na pandemia de Covid-19, o racismo político/institucional se intensificou por meio das desigualdades presentes nas diferentes condições entre as escolas públicas e as escolas privadas do ensino básico, fundamental e superior; as expressivas desigualdades regionais no território nacional; assim como nas

estruturas domiciliares e de acesso a equipamentos que viabilizem o ensino remoto (VENTURINI, et. al, 2020). Nas instituições básicas, negros e pardos são os grupos que mais compõe o corpo discente, e por conta das medidas repentinas causadas pela pandemia as escolas públicas em primeiro momento decidiram suspender as atividades e depois houve uma adaptação do ensino remoto, com enfrentamento de dificuldades de infraestrutura tanto dos professores quanto dos alunos (VENTURINI, et. al, 2020). Com o cenário das adaptações voltadas ao ensino remoto, recorreu-se à utilização de computadores, celulares, demandando acesso à internet e espaço domiciliar adequado para presenciar as aulas remotamente. Com isso, foi percebido que o acesso a esses recursos não é democraticamente obtido por todos os alunos.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada em 2019, 16% dos estudantes nos níveis de escolaridade da alfabetização e do ensino fundamental público não possuem acesso à internet e em ambos os níveis de escolaridade, a proporção de estudantes negros sem acesso à internet é maior do que a de brancos (VENTURINI, et. al, 2020). Nas regiões do Norte e Nordeste, onde existe a maior concentração de pessoas negras no país, a proporção de pessoas sem acesso à internet é três vezes maior do que as de pessoas da região do Sudeste, Sul e Centro-Oeste (VENTURINI, et. al, 2020). Esses dados mostram que a estrutura educacional do Brasil não contempla de maneira igualitária todos os alunos.

## Racismo ideológico, Estereótipos e Imagens Racistas

Entender o racismo enquanto relação ideológica, é considerar a ideologia enquanto uma prática, um processo de constituição de subjetividades de indivíduos cujas consciências e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais (ALMEIDA, 2020). Uma pessoa não nasce negra ou branca, ela assim se torna a partir da situação em que seu corpo é ligado a uma rede de sentidos compartilhados coletivamente. O racismo, enquanto ideologia, só consegue perdurar porque produz um sistema de ideias que fornece uma explicação pseudo-racional para a desigualdade racial, que consiste em naturalizar papéis sociais subalternizados para pessoas negras. Neste processo constitui também, sujeitos que não se sentem abalados diante da discriminação e da violência racial que é

classificada como normal e natural a partir da branquitude (ALMEIDA, 2020). Isto é, como ideologia, o racismo torna a violência contra pessoas negras a norma, ao mesmo tempo que opera na constituição de afetos e interpretações que não consideram tais agressões problemáticas, sejam elas simbólicas ou físicas. Para que essa naturalização ideológica se estabeleça como majoritária, tais valores precisam circular nas relações sociais. Logo, os meios de comunicação, as mídias e os sistemas educacionais constituem espaços privilegiados por meio dos quais o racismo opera na criação de um imaginário social que naturaliza estereótipos raciais.

Entende-se os estereótipos como certo tipo de categorias simplificadoras ou atalhos cognitivos que podem participar dos exercícios de poder (BIROLI, 2011). São dispositivos cognitivos facilitadores de acesso a novas informações, pois permitem previsibilidade e equivalem a padrões que correspondem às expectativas normativas. Consistem, portanto, em categorias que estabelecem padrões de aproximação de valores e julgamentos, tendo caráter produtivo e de naturalização (BIROLI, 2011). Isto é, os estereótipos são criados como uma forma de reduzir, simplificar e naturalizar significados em uma cultura. As mídias e os meios de comunicação de massa são instituições que produzem estereótipos e os colocam em circulação.

Segundo bell hooks (2018), é possível visualizar em revistas, programas de televisão, filmes e fotografias, imagens de pessoas negras que reforçam estereótipos que implicam opressões. Para a autora, as imagens podem desempenhar um papel importante no controle do poder político e social em relação a certos grupos. A relação entre indivíduos e o mundo é sempre mediada por variados fatores, entre eles estão as imagens produzidas pela TV, internet e páginas de revistas, entre outras mídias (BIROLI, 2011). Essas imagens recorrentemente cristalizam certas convenções de linguagem, ligadas aos regimes de representação historicamente constituídos, que foram consolidadas nas próprias práticas profissionais envolvidas em suas produções.

No campo do design ou das artes gráficas existem rotinas que favorecem a naturalização de certas convenções visuais ligadas a estereótipo. Uma vez que nas instituições de formalização e capacitação de tais profissionais, existe uma certa recorrência a fórmulas e soluções já consagradas na busca por resultados entendidos como eficazes. Nas produções de design gráfico, pode-se identificar convenções visuais institucionalizadas nas bibliografias dos cursos de design, nos

bancos de imagens utilizados para criação de projetos gráficos e em produções historicamente utilizadas como referencial de projeto gráfico. Nas práticas de criação de imagens, as naturalizações de estereótipos estão ligadas à ausência de reflexão crítica acerca das rotinas de previsibilidade. Quando não questionadas, tais rotinas tendem a ser incorporadas como um repertório compartilhado nas formações de profissionais (BIROLI, 2011)<sup>4</sup>.

Por mais que a mídia e os meios de comunicação de massa sejam propagadores de estereótipos, produzindo e reproduzindo imaginários hegemônicos, existem alguns aspectos que complexificam as análises sobre a relação entre estereótipos e mídias (BIROLI, 2011). A complexidade da relação entre estereótipos e mídia decorre da grande variedade de narrativas veiculadas que não são homogêneas na mídia dominante. Além disso, existem também narrativas produzidas em sistemas alternativos de comunicação. Sendo assim, os estereótipos não são capazes de dar sentido à totalidade das experiências dos grupos sociais, pois existe um campo de disputas em que os discursos alternativos utilizam de fissuras e contradições dos discursos dominantes para produzirem novas formas de representação.

Mas como ressalta Biroli (2011), deve-se levar em conta, nos sistemas de circulação, as assimetrias no alcance e nos pesos atribuídos às narrativas hegemônicas e às narrativas alternativas (contranarrativas). O acesso à ampla circulação e à legitimação das informações não são igualmente distribuídos, favorecendo certas vozes sociais em detrimento de outras. Isso contribui para a dinâmica que torna alguns grupos invisíveis e estereotipados, já que “a invisibilidade está relacionada ao fato de que suas perspectivas sociais são silenciadas” (BIROLI, 2011, p.79). No campo de disputas por representação, quem detém os meios dominantes, tem o poder de divulgar ampla e positivamente seus valores, enquanto marca negativamente outros grupos sociais.

Os grupos socialmente estigmatizados pelas imagens criadas pela cultura

---

4 A autora enfoca os estereótipos nas produções jornalísticas. Aqui ampliamos a discussão para as produções de Design Gráfico, que são utilizadas na criação de imagens que circulam nos meios de comunicação. Tal aproximação é possível, uma vez que, assim como o jornalismo, o Design Gráfico é uma ferramenta de comunicação. Segundo Rudinei Kopp (2009), a primeira vez que o termo design gráfico foi utilizado por William Addison Dwiggins em 1922, foi para definir sua atuação enquanto um trabalho de ordem visual para as formas de comunicação. Deste modo, entende-se o Design Gráfico enquanto prática comunicativa, assim como o jornalismo.

dominante, que carregam estereótipos de opressão, reivindicam e tornam a imagem uma ferramenta de luta cultural (HALL, 2003). Desta luta cria-se um campo de disputa que ocorre na complexidade entre resistir, recusar e denunciar estereótipos que produzem violência contra estes corpos, que identificam que a construção negativa da imagem tem uma motivação sociopolítica (BERTH, 2019). Pessoas negras denunciam como alguns estereótipos são prejudiciais para as culturas negras, quando carregados de valores e julgamentos de subalternização de raça, gênero, sexualidade e classe.

Frantz Fanon (2020) ressalta como historicamente as imagens dos corpos e das culturas negras foram estigmatizadas pelo olhar da branquitude. O autor observa que:

Na Europa, o negro representa, seja concreta ou simbolicamente, o lado mau da personalidade. Enquanto não tivermos compreendido essa proposição, estaremos condenados a falar em vão sobre o “problema negro”. O negro, o obscuro, a sombra, as trevas, a noite, os labirintos da terra, as profundezas abissais, denegrir a reputação de alguém; e, do outro lado: o olhar claro da inocência, a pomba branca da paz, a luz feérica, paradisíaca. Uma magnífica criança loira, quanta paz nessa expressão, quanta alegria e, acima de tudo, quanta esperança! Nada comparável com uma magnífica criança negra: literalmente, é algo insólito. Apesar de tudo, não terei de revistar as histórias dos anjos negros. Na Europa, ou seja, em todos os países civilizados e civilizadores, o negro simboliza o pecado. O arquétipo dos valores inferiores é representado pelo negro. (FANON, 2020, p. 200)

Neste trecho, Fanon ressalta como, no ocidente, a branquitude utilizou da dualidade entre branco/preto e bem/mal para construir marcadores racistas em que o imaginário negativo se impregna no corpo negro. A dualidade construída pela branquitude coloca valores socialmente positivados nas representações das culturas eurocêntricas enquanto sinônimos de bom, bem, agradável, bonito, maior e melhor, já as referências às culturas africanas são entendidas enquanto mal, ruim, desagradável, feio, menor e pior, causando efeitos de inferiorização, homogeneização, invisibilização, objetificação, demonização e fatalização das experiências negras. Deste modo, são naturalizados imaginários racistas que não questionam estes valores (FANON, 2020). Os veículos de comunicação de massa tendem a reproduzir esses imaginários mediante o trabalho imagético de reiteração da inferioridade negra em favor da hipervalorização branca, enquanto sinônimo de perfeição (BERTH, 2019).

Enquanto prática do racismo ideológico, as imagens presentes nos meios

de comunicação dominados pela branquitude possuem um papel de controle social. Isto é, desde a escravização em diante, a branquitude utiliza a imagem como uma das ferramentas centrais para a manutenção do racismo (HOOKS, 2018). Essas imagens sustentam as noções de superioridade branca, mediante a subordinação de corpos não branco (HOOKS, 2018). Imagens racistas são veiculadas de forma massiva e constante pela mídia dominante, contribuindo para ocultar a responsabilidade da branquitude em responder pelas violências contínuas ligadas às múltiplas formas de explorações vivenciadas pelos povos negros (BUENO, 2019).

Deste modo, os meios de comunicação participam da criação de valores racistas sobre os corpos negros, produzindo opressões de raça, gênero, sexualidade e classe social. Tais corpos, aqui, se encontram enquanto carne carregada de estereótipos e dificuldades definidas pela branquitude. Quando circulam nos espaços embranquecidos vivenciam negações, incertezas e opressões corporais pois “é em sua corporeidade que o negro é atingido” (FANON, 2020, p. 177). Assim, coexistindo com as imagens racistas, pessoas negras podem internalizar valores deturpados sobre si mesmas, como sugere Silvio Almeida (2020, p. 65):

Após anos vendo telenovelas brasileiras, um indivíduo vai acabar se convencendo de que mulheres negras têm uma vocação natural para o trabalho doméstico, que a personalidade de homens negros oscila invariavelmente entre criminosos e pessoas profundamente ingênuas, ou que homens brancos sempre têm personalidades complexas e são líderes natos, meticolosos e racionais em suas ações.

As imagens presentes na história da televisão e das telenovelas brasileiras majoritariamente propagam estereótipos de opressão contra as pessoas negras. Segundo uma pesquisa realizada para o documentário *A Negação do Brasil* (2000) de Joel Zito Araújo, em 75% dos papéis interpretados por atores negros, seus personagens estavam atrelados a narrativas de submissão (FERREIRA, 2017). O diretor do filme, ao ser entrevistado por Bruce Douglas (2015) para o jornal *The Guardian*, afirmou que as imagens de pessoas negras presentes nas telenovelas brasileiras estão ligadas, em sua maioria, a representações de moradores de favelas, servos domésticos e criminosos.

Segundo Araújo (2008), na década de 1960, atrizes negras interpretaram regularmente apenas escravizadas e empregadas domésticas, sendo uma reedição dos estereótipos comuns presentes no cinema e na televisão estadunidense. Um dos exemplos de sucesso comercial de personagens negras



como domésticas foi a de Maria Clara, na novela *Antônio Maria* (1968), interpretada pela atriz Jacyra Silva. O autor da novela, Geraldo Vietri, em entrevista para a revista *Melhores Momentos* (1980), relatou que a trama da personagem “mudou quase completamente a mentalidade de patrões em relação a empregados. Recebi cartas de domésticas que transformaram Maria Clara em um ídolo”. Subentende-se na fala do autor que é um homem branco, uma suposta harmonia entre patrões brancos e empregadas negras. Isso esconde a relação de inferiorização social dos negros causada pelo racismo econômico, maquiada pelas telenovelas que representavam uma certa amistosidade e convivência pacífica entre as raças. As representações convencionais da branquitude acerca das mulheres negras que trabalham como empregadas domésticas geralmente tendem a criar a presunção de um possível afeto entre as famílias brancas e suas empregadas, criando assim um marcador normativo quanto ao comportamento profissional das mulheres negras. Tal marcador opera sob um mito no qual as empregadas se dedicam a cuidar e amar as famílias brancas (BUENO, 2017). Essas imagens, que associam majoritariamente mulheres negras com representações de trabalhadoras domésticas, constituem um imaginário que naturaliza a percepção destes corpos como supostamente destinados para estas únicas funções de serviços. Logo, operam como uma atualização das premissas racistas advindas do período escravocrata, que entendiam as mulheres negras enquanto exemplo de mão de obra doméstica a serviço da família branca.

Na década de 1970, houve uma pequena mudança nas atribuições profissionais ligadas a personagens negros. Araújo (2008), cita como exemplos o psiquiatra, Dr. Percival, interpretado por Milton Gonçalves em *Pecado capital* (1975) e Dona Elisa, interpretada por Ruth de Souza, que era uma professora e dona de escola na novela *Duas Vidas* (1976). As duas novelas foram escritas por Janete Clair. Porém, esses personagens não faziam parte do enredo principal das histórias, sendo colocados como secundários. Foi apenas em 1996 que, pela primeira vez na história da teledramaturgia brasileira, uma mulher negra ocupou o lugar de protagonista. A personagem Xica da Silva foi interpretada por Taís Araújo na novela de nome homônimo. Entretanto, Xica da Silva foi construída a partir dos estereótipos de gênero, raça e sexualidade que constituíram as imagens das mulatas sedutoras e destruidoras de lares (ARAÚJO, 2008). Na trama, Xica da Silva é uma mulher ex-escravizada que consegue sua alforria ao se relacionar afetivamente com o explorador de diamantes João Fernandes de

Oliveira durante o período colonial. Com teor erótico, a novela foi transmitida pela emissora Rede Manchete, que caracterizava a personagem como “uma mulher lasciva e dominadora, uma mulher insaciável e capaz de dominar qualquer homem com o poder de seu corpo” (NUNES, 2019).

No caso da Rede Globo, pessoas negras foram, e ainda são, minoria nas narrativas presentes nas novelas produzidas pela emissora. Segundo a pesquisa feita por Joel Zito Araújo (2008), em um terço das telenovelas produzidas pela Rede Globo, até o final da década de 1990, não havia nenhum personagem negro. Em outro terço, o número de atores negros contratados conseguiu ultrapassar levemente a marca de 10% do total do elenco. Esses números contrastam com o percentual de pessoas que se identificam como negros no país, que segundo o IBGE é de 54% (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016). Isso mostra que as novelas da emissora não se preocupam em contemplar o perfil do povo brasileiro em suas narrativas. Além disso, um corpo negro interpretando uma protagonista em uma novela da emissora só pode ser visto em 2004, na novela *Da Cor do Pecado* de João Emanuel Carneiro. A personagem, Preta de Souza, também foi interpretada por Taís Araújo. Destaca-se aqui o título da novela, que associa o corpo e a cor negra com a ideia de pecado, caracterizando a beleza e a sexualidade negra como algo provocativo. Araújo (2008) ainda destaca outro aspecto comum nas narrativas das telenovelas brasileiras, que diz respeito a tratar o racismo como um problema individualizado, tal como um desvio de caráter dos personagens vilões nas tramas. Isso não contribui para um entendimento mais complexo da temática, que deveria ser tratada como algo sistemático e estrutural, como um traço recorrente e ainda presente na sociedade e na cultura brasileira (ARAÚJO, 2008).

## Interseccionalidade

As opressões de raça não funcionam de modo isolado. Para que as desigualdades do racismo estrutural existam, é preciso ter uma articulação com outros marcadores das diferenças que fortaleçam o sistema da branquitude. É na análise dessas articulações que a perspectiva interseccional trabalha para identificar como ocorre essa dinâmica social que atinge os mais diversos corpos negros. O termo “interseccionalidade” foi cunhado em 1989 pela pesquisadora

estadunidense Kimberlé Crenshaw no artigo *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*. A partir disso, o termo foi apropriado por pesquisadoras e ativistas do Feminismo Negro enquanto abordagem e intervenção política nas práticas de resistência e experiência de mulheres negras (AKOTIRENE, 2020).

Nesta perspectiva destaca-se a importância de não desvincular as opressões que atravessam as vivências de mulheres negras, cujas trajetórias articulam múltiplos marcadores sociais de diferença. Sendo assim, esta perspectiva funciona enquanto ferramenta analítica para entender os contextos múltiplos das desigualdades que emergem da intersecção entre raça, gênero, sexualidade e classe social, entre outros marcadores possíveis. Além de denunciar as opressões estruturais da sociedade, a discussão teórica pautada na interseccionalidade foi construída a partir da consciência da invisibilidade das experiências de mulheres negras nas agendas do Movimento Negro Antirracista e do Feminismo Branco. Este último tende a universalizar o “ser mulher”, a partir das experiências e vivências apenas de mulheres brancas (AKOTIRENE, 2020).

Quanto ao Movimento Negro Antirracista, Grada Kilomba (2019) ressalta que a literatura antirracista na primeira metade do século XX falhou em abordar as posições específicas de mulheres negras e as formas pelas quais gênero e sexualidade se relacionam com as reflexões de raça. A ausência da perspectiva interseccional nas pautas do Movimento Negro Antirracista pode produzir problemas de invisibilidade sobre as experiências de mulheres negras, como também nas de pessoas LGBTQIAP+ *negrxs*. Deste modo, a interseccionalidade tira das pautas dos movimentos sociais o essencialismo sobre gênero e raça, demonstrando que nem toda mulher é branca e nem todo negro é homem (AKOTIRENE, 2020). Essa perspectiva estimula o pensamento complexo, a criatividade e evita que grupos subalternizados produzam novos essencialismos.

De acordo com Carla Akotirene (2020), a perspectiva da interseccionalidade é uma sensibilidade analítica de entender as identidades subalternizadas e as opressões que tal subalternização estão relacionadas com o poder. É uma construção teórico-metodológica iniciada pelo feminismo negro para as mulheres negras, mas isso não significa que seja exclusiva a este grupo, pois mulheres não negras também devem refletir sobre o modo que suas vivências identitárias são articuladas. Essa abordagem possibilita, ainda, que LGBTQIAP+ sejam

incorporados nas pautas da interseccionalidade. Deste modo, os marcadores basais da perspectiva da interseccionalidade são raça, gênero, sexualidade e classe social.

Quando Carla Akotirene (2020) ressalta que gênero inscreve o corpo racializado, entende-se que estes corpos, produtos da subalternização, mesclam marcadores da diferença de gênero e de raça, como aponta Tanya Saunders (2020, p. 192) “As premissas de gênero e sexualidade entrelaçaram firmemente com um sistema de classificação racial, emergente, de tal forma que é impossível entender um eixo[...] sem entender como ele coexiste e é estruturado pelo outro”.

Saunders (2020) evidencia que durante o século XIX, o racismo científico hegemônico juntamente com o marcador da sexualidade, sustentou o entendimento de que o corpo negro lésbico fosse classificado como o pervertido feminino “não humano”, provido de perversidade e o oposto da ordem social guiada pelo corpo, cisgênero<sup>5</sup>, masculino, heterossexual, burguês e cristão. Desta forma, compreendemos que mulheres negras, bem como corpos negros não cis e não heterossexuais, carregam em sua identidade cultural construções históricas pautadas pela noção de “outro”.

Gênero, assim como raça, também foi entendido como uma categoria da diferença que a partir da ideia que o homem (branco) é universal, mulheres foram tidas como “o outro”. Anteriormente às teorias feministas, “gênero não pertencia ao homem, gênero era a marca da mulher, a marca de uma diferença que implica a condição de subordinação das mulheres à família e à sociedade” (LAURETIS, 2021, p.167). Enquanto conceito crítico, gênero foi introduzido e articulado por feministas em diversos campos disciplinares, como uma forma de denunciar e criticar as opressões vindas dos sistemas que produzem normativas androcêntricas (AKOTIRENE, 2019; LAURETIS, 2021).

Segundo Teresa de Lauretis (1994), a categoria gênero opera como representação e autorrepresentação, produto de diferentes tecnologias sociais, de discursos, epistemologias e práticas institucionalizadas presentes na vida cotidiana. Para Lauretis (1994) gênero medeia as relações do sistema “sexo-gênero”, que são concepções culturais que marcam corpos masculinos e femininos como complementares e opostos ao mesmo tempo. Essas marcações

---

5 Identidade de gênero em que o indivíduo se reconhece com o gênero atribuído em seu nascimento (CAZEIRO; SOUZA; BEZERRA, 2019).

formam sistemas de significação que produzem valores e hierarquias sociais, posicionando as masculinidades como superiores às feminilidades. Sobre os valores impostos pelo sistema sexo-gênero mulheres são supostamente frágeis, são designadas a cuidar do ambiente doméstico, e subordinadas aos homens, já os homens são fortes, não são formados para o trabalho doméstico e são superiores em relação as mulheres. Os sistemas sexo-gênero estão ligados a fatores políticos e econômicos, produzem assimetria de posições sociais, produzindo desigualdades pautadas no gênero.

Assim como a pedagogia dos opostos binários medeia e sustenta o racismo, como destacado antes, nas questões de gênero isso também ocorre. Os sistemas de classificação se apropriam de valores e significações de bem/mau, forte/frágil, bom/ruim, racional/emotivo, para produzir hierarquias e opressões. Racismo estrutural e o sistema sexo-gênero são articulações sistêmicas que produzem e reproduzem preconceitos, discriminações e violências. Eles sustentam uma estrutura de poder pautada na raça, sexualidade e gênero como elemento constitutivo dos sujeitos em uma sociedade. Existem exemplos de estereótipos que mostram como a intersecção de gênero e raça produz esses binarismos e preconceitos, tais como, a ideia de que mulheres brancas são frágeis em comparação a homens brancos e negros, mulheres negras têm mais propensão ao trabalho doméstico pesado do que mulheres brancas, homens negros tem mais facilidade para atividades “braçais” do que homens brancos.

A sexualidade está ligada ao termo sexo, que historicamente foi utilizado para definir as diferenças anatômicas entre corpo lidos como masculinos e femininos (LOURO, 2000). Com isso, as noções de gênero e sexualidade, muitas vezes são tratadas como equivalentes e entendidas, em alguns casos, como inerentes. A sexualidade, enquanto marcador da diferença, é ao mesmo tempo um fator que constrói a norma. A normativa, pautada na heterossexualidade como algo natural, tira o caráter político e social que esse marcador carrega. Tal qual o gênero e a raça, a sexualidade foi constituída historicamente a partir de discursos e práticas que regulam, normatizam e instauram saberes que produzem supostas “verdades” (LOURO, 2000). Antes do século XIX, a sexualidade no ocidente era uma preocupação da religião hegemônica cristã e da filosofia moral. A partir do século XIX, a sexualidade passa a ser considerada um fenômeno que deve ser estudado e entendido mediante a sua introdução nas áreas da psicologia, biologia e antropologia. A disciplina de sexologia, se especializa na elaboração de

discursos científicos sobre os comportamentos sexuais e no século XX o tema foi pauta de discussões da sociologia e da história (LOURO, 2000).

A heterossexualidade e a associação entre sexo e gênero marginalizava e de certo modo ainda marginaliza corpos cujos desejos não são entendidos enquanto heteronormativos, tais como aqueles identificados com a homossexualidade e a bissexualidade, colocando-os como desviantes. Historicamente, a homossexualidade foi tida como doença e desvio comportamental. A mesma coisa acontecia com a identidade de gênero de travestis e transexuais, que até a década de 2010 estava inscrita como patologia psicológica.

A interseccionalidade de raça, gênero, classe e sexualidade, quando enfocadas por um olhar antirracista, trabalham para um futuro que se opõem às práticas da cultura dominante que tendem a violentar mulheres negras heterossexuais e corpos LGBTQIAP+ *negrxs*. Aqui a heteronormatividade é entendida como sistema racializado de poder. Assim, Tanya Saunders (2020) salienta a importância de corpos negros serem mais críticos ao abraçarem a heteronormatividade, uma vez que esta se enquadra nas políticas racistas dominantes.

## Conclusão

Este trabalho visou apresentar alguns conceitos básicos sobre as relações raciais no Brasil. Foram apresentados dados históricos e estatísticos que demonstram como o racismo estrutural é uma articulação complexa que juntamente com outros marcadores sociais, tais como de gênero, classe e sexualidade produzem um fenômeno que estigmatiza, violenta e subalterniza corpos que são inferiorizados pela branquitude. Tal branquitude criou raça como uma tecnologia que medeia e efetiva opressões no intuito de criar uma ordem hegemônica.

Foi levado em conta como o racismo estrutural é sistemático e atinge várias instâncias sociais, na história e no cotidiano brasileiro. Foi explicitado que essa articulação produz desigualdades econômicas, institucionais e ideológicas, em que ambas se entrelaçam e se complementam para efetivação do sistema de hegemonia: a branquitude. Foi observado como a Branquitude, se beneficia socialmente na propagação da suposta superioridade que pessoas brancas têm em relação às outras raças.

Neste contexto, a raça opera como uma tecnologia. Isto é, enquanto mediação social alicerçada por meios e artefatos tecnológicos, raça ajuda a construir uma ordem em que são produzidas técnicas de opressão e subalternização que qualificam a branquitude como detentora desses instrumentos normativos. Isso ajuda a entender, que a tecnologia não é neutra (FEENBERG, 1991) e é um processo social contínuo, em que são entrelaçados padrões de poderes econômicos e políticos no cotidiano social (WINNER, 1986). Entender raça enquanto tecnologia, elucida que não se trata simplesmente de um conceito biológico/científico e nem apenas de um conceito ideológico cultural, mas sim de um processo em que ambos são estabelecidos e negociados no sentido de sustentar um certo ordenamento social (CHUN, 2003).

Recorreu-se à bell hooks (2018) para entender o porquê das imagens serem tão importantes para a comunidade negra. Neste momento, percebemos que as imagens funcionam como ferramentas de controle social que, uma vez portadoras de valores ligados à branquitude, operam como forma de efetivar estereótipos racistas que legitimam a *pseudo* superioridade branca. As imagens carregam significados e valores. Não somente nelas, mas principalmente nelas são produzidos os estereótipos. Como observado, estereótipos são dispositivos cognitivos facilitadores de acesso a novas informações que podem participar dos exercícios de poder quando carregam previsibilidades e equivalem a padrões que correspondem às expectativas normativas.

O emprego destes dispositivos facilitadores faz parte das formações de profissionais que trabalham com criação de imagens, tal como os designer e artistas gráficos. As rotinas e convenções visuais institucionalizadas nas bibliografias dos cursos de design, nos bancos de imagens utilizados para criação de projetos gráficos e a falta de criticidade frente à presença ou a falta dos corpos negros são técnicas concretas do racismo que circulam por meio das visualidades. Mas o Movimento Negro Antirracista vê as imagens e os meios de comunicação como um campo de luta cultural, em que reivindicam a autorrepresentação e o dever crítico sobre as representações dos corpos e das culturas negras.

Foi observado, a partir dos dados sobre a desigualdade no período da pandemia do Covid-19 no Brasil, que o grupo de maior vulnerabilidade social foi o de pessoas negras. Isso pode ser identificado nas métricas da economia produzida pelas oportunidades de mercado de trabalho, pelas condições básicas para o ensino a distância, pelos números de qual grupo racial teve mais mortos

pela Covid-19. Dadas as circunstâncias, em primeiro momento, parece ser injusto demandar para que pessoas negras pensem no futuro próximo ou distante, uma vez que, com tais dados da desigualdade que assola a vivência dessas pessoas, elas estão preocupadas em produzir estratégias de sobrevivência para o presente de forma imediata.

## Referências

- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. Feminismos Plurais. São Paulo. Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Sílvio. **Racismo Estrutural**. Feminismos Plurais. Pólen, São Paulo, 2019.
- ARAÚJO, J. Z.. O NEGRO NA DRAMATURGIA, UM CASO EXEMPLAR DA DECADÊNCIA DO MITO DA DEMOCRACIA RACIAL BRASILEIRA. 2008. **Revista Estudos Feministas**, 16(3), 979. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300016>
- BIROLI, Flávia. Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, Brasília, 2011, pp. 71-98.
- BERTH, Joice. **Empoderamento**. Feminismos Plurais. São Paulo: Editora Pólen, 2019.
- BERTOLDO, Sanny, XAVIER, Lúcia. Entrevista: “O coronavírus não tem nada de democrático. Ele tem ‘preferências’, e os negros são um dos grupos preferidos dele”. **Gênero Número**, online, 2020. Disponível em <<https://www.generonumero.media/entrevista-o-coronavirus-nao-tem-nada-de-democratico-ele-tem-preferencias-e-os-negros-sao-um-dos-grupos-preferidos-dele/>>. Acesso em 07 de jun. de 2022.
- BUENO, Winnie de Campo. **Processos de Resistência e Construção de Subjetividade no Pensamento Feminista Negro: uma possibilidade de leitura da obra Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and The Politics of Empowerment (2002) a partir do conceito de imagens de controle**. Dissertação (Mestrado em Direito)- Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2009. Disponível em <[http://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/8966/Winnie%20de%20Campos%20Bueno\\_.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/8966/Winnie%20de%20Campos%20Bueno_.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em 10 de jun. de 2022.
- CHUN, Wendy Hui Kyong. *Introduction: race and/as technology; or, how to do things to race*. **Camera Obscura**, vol. 24, n. 1, p. 7-35, May 2009. Disponível em: <[https://read.dukeupress.edu/camera-obscura/article/24/1%20\(70\)/7/58411/Introduction-Race-and-as-Technology-or-How-to-Do](https://read.dukeupress.edu/camera-obscura/article/24/1%20(70)/7/58411/Introduction-Race-and-as-Technology-or-How-to-Do)>. Acesso em 02 dez. 2021.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. **Tecnologia na formação brasileira**. CEAP, Rio de Janeiro, 2010.



Disponível em [https://cpvceasm.files.wordpress.com/2019/05/cadernotecnologias-africanas\\_ceap\\_vf.pdf](https://cpvceasm.files.wordpress.com/2019/05/cadernotecnologias-africanas_ceap_vf.pdf). Acesso em 07 de fev. de 2023.

DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FEENBERG, Andrew. **Feenberg, Critical Theory of Technology**. Oxford University Press, 1991.

FERREIRA, Bárbara. Mídia e as Negras: a representatividade negra na TV brasileira. **Medium**, online, 2017. Disponível em < <https://medium.com/@coolmeia/m%C3%ADdia-e-as-negras-a-representatividade-negra-na-tv-brasileira-fb8e57ad0735> >. Acesso em 07 de jun. de 2022.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil, uma breve discussão**. 2005.

GUIMARÃES, E. D. F.; ZELAYA, M. A POLÍTICA DE COTAS RACIAIS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO BRASIL DUAS DÉCADAS DEPOIS: UMA ANÁLISE. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 30, n. 3, p. 133-148, 2022. DOI: 10.35699/2238-037X.2021.26556. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/26556>. Acesso em: 13 ago. 2022.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. São Paulo: Elefante, 2020.

LAURETIS, T. DE; SILVA, G. B. V. DA; SOUZA, L. L. DE. Gênero e teoria Queer. albuquerque: **revista de história**, v. 13, n. 26, p. 165-176, 28 dez. 2021.

LIMA, Márcia; MILANEZI, Jaciane et al. Desigualdades Raciais e Covid-19: o que a pandemia encontra no Brasil?. **Informativo Desigualdades Raciais e Covid-19**, AFROCEBRAP, n. 1, 2020. Disponível em < [https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Afro\\_Informativo-1\\_final\\_-2](https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Afro_Informativo-1_final_-2) >. Acesso em 07 de jun. de 2022.

LAURETIS, T. DE; SILVA, G. B. V. DA; SOUZA, L. L. DE. Gênero e teoria Queer. **albuquerque: revista de história**, v. 13, n. 26, p. 165-176, 28 dez. 2021.

SAUNDERS, Tanya. Sonhos e cenas monstruosas: ativismo queer e a política da futuridade

feminista negra no Brasil. **História & outras eróticas**. Curitiba: Appris, 2020. p.185 – p. 217.

VAINER, Lia. **Branquitude**: como o racismo se reproduz. 2022. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=XfMIAk2qFW8&t=2264s>. Acesso em 28 de jul. de 2022.

VENTURINI, Anna Carolina; LIMA, Márcia et al. As desigualdades educacionais e a covid-19. **Informativos Desigualdades Raciais e Covid-19**, AFRO-CEBRAP, n. 3, nov. 2020. Disponível em < <https://cebrap.org.br/afro/>>. Acesso em 04 de jun. de 2022.

WINNER, Langdon. **“Do Artifacts have Politics?”**. 1986. “The Whale and the Reactor – A Search for Limits in an Age of High Technology”. Chicago: The University of Chicago Press. p. 19-39.